

SINT-UFG

Em Defesa da Democracia na Universidade Federal de Goiás

Nesta edição, o Informativo do Sint-UFG inicia uma série de matérias sobre a Reforma Universitária. A cada novo número traremos um tema específico dentro da Reforma. Como o processo de sucessão da reitoria, já foi informalmente deflagrado nos corredores da UFG, com grupos distintos dando início às articulações para a disputa, decidimos que é o momento de enfocarmos o tema Democracia Universitária.

Desde 1982, o processo de sucessão de reitores na UFG é realizado por meio de consulta paritária à comunidade universitária. Nesse processo democrático os três segmentos professores, técnico-administrativos e estudantes participam com pesos iguais, em função do papel importante e relevante que cada segmento tem para o êxito dos objetivos da Universidade: ensino, pesquisa e extensão de qualidade.

À semelhança da UFG, na imensa maioria das universidades públicas, implantou-se um sistema de eleição para reitor com participação da comunidade universitária e os servidores técnico-administrativos ocuparam assentos na maioria dos órgãos colegiados. Foi um passo muito importante, mas ainda insuficiente para a consolidação do processo democrático. Muito se tem a caminhar para que a democracia seja exercida em todos os níveis de gestão institucional.

Defendemos que toda a comunidade universitária deve envolver-se no debate sobre os rumos da universidade e da sociedade brasileira e que os seus dirigentes, inclusive diretores de unidades, sejam eleitos de forma autônoma pelos segmentos que compõem a universidade, e o resultado do pleito apenas homologado pelo governo e reitoria respectivamente.

Na consulta, deve prevalecer, no mínimo, o voto paritário, capaz de envolver amplamente estudantes, servidores docentes e técnico - administrativos nos debates e nas decisões dos rumos da universidade. Os órgãos colegiados, responsáveis pelas deliberações da vida acadêmica e administrativa, também precisam ser democratizados, com a participação paritária dos três segmentos que compõem a comunidade universitária.

Aos que defendem a aplicação da Lei que institui o voto com peso de 70% para docentes e 30% dividido entre técnico-administrativos e estudantes, perguntamos: por que o voto do servidor que é médico, engenheiro, psicólogo, técnico de laboratório, assistente de administração, vigilante, entre outras categorias não teria o mesmo peso do voto do servidor docente? Afinal quais foram os prejuízos que o voto paritário causaram a UFG nestes últimos 18 anos com a eleição de Joel Pimentel de Ulhôa, Ricardo Freua Bufaiçal, Ary Monteiro do Espírito Santo e Milca Severino Pereira?

O Sint- UFG reafirma, de forma veemente, a posição em defesa da paridade. E se contrapõe à idéia de que estaria reservado aos docentes a magna sabedoria para escolher o(a) melhor reitor(a) para a UFG. Não pode haver retrocesso na democracia. Não vamos aceitar sermos transformados em cidadãos de segunda categoria, onde o cargo é que define o valor do voto.

É dessa forma que o Sint-UFG se posiciona para a sucessão na UFG.

Na mobilização da categoria para o processo eleitoral realizaremos debates sobre o voto paritário e entregaremos a todos os candidatos a reitor a nossa proposta para a universidade.

Acreditamos que um projeto de país que atenda ao clamor de desenvolvimento, geração de empregos e distribuição de renda exige uma universidade pública à altura dessas demandas uma universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, com mais qualidade e capaz de gerar o desenvolvimento científico e tecnológico para atender às necessidades do desenvolvimento industrial e também da inserção soberana e ativa do Brasil no mundo.

Fátima dos Reis
Coordenadora Sindical

Reforma Sindical e Capacitação

Veja nesta edição as propostas que o sindicato vai defender no XVIII CONTASUBRA sobre reforma sindical e sobre capacitação. Confira também o Relatório de Gastos do Comando Local de Greve e o Quadro Demonstrativo dos Pécúlios pagos em 2004.

UNIVERSITÁRIA E DO VOTO PARITÁRIO

Neste momento em que o debate sobre a sucessão na UFG para 2006 já está informalmente deflagrado e que o tema democracia nas universidades se transforma em um dos principais pontos da reforma universitária, o Sint- UFG reafirma, de forma veemente, a posição em defesa da paridade.

Para ilustrar a importância do voto, o Informativo do Sint-

UFG reproduz parte de um texto do professor, maestro e compositor Jorge Antunes, titular do Departamento de Música da UnB. Autor da Sinfonia das Diretas, da Cantata dos Dez Povos e da Ópera Olga, ele elaborou um artigo em que faz um apanhado sobre a história do voto para embasar as discussões sobre a democracia na Universidade.

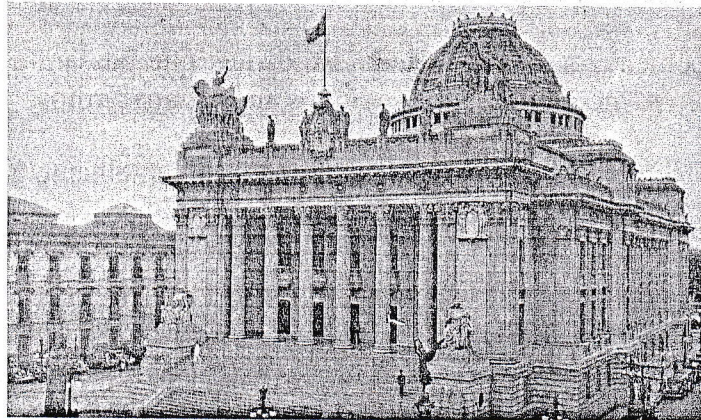
Confira a íntegra do artigo na Página do Sint-UFG.

O voto:

um apanhado histórico para embasar uma nova democracia na Universidade*

Cenário 1:

Ano 1823. Palácio Tiradentes. Rio de Janeiro.



Antônio Carlos de Andrada, irmão de José Bonifácio, toma a palavra para defender o anteprojeto constitucional:

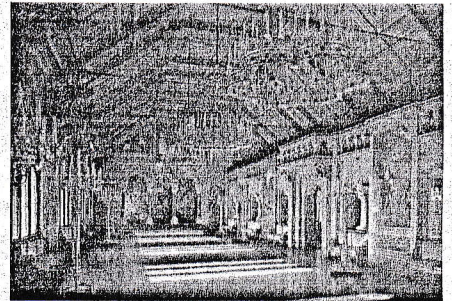
" Só poderão ser eleitores do primeiro grau os que provarem ter uma renda mínima de 150 alqueires de farinha de mandioca. Eles elegerão os eleitores do segundo grau, que devem ter uma renda mínima de 250 alqueires. Estes últimos elegerão deputados e senadores que, para se candidatarem, precisam ter uma renda de 500 e 1000 alqueires respectivamente."

" Viva o voto censitário!" - grita um janota mais empolgado. O Constituinte sobe à tribuna e recita loas a D. Pedro I e ao Brasil independente. Em seguida solta a frase cruel: "- Mulheres, escravos e pobres devem ser impedidos de votar." O plenário irrompe em aplausos.

Cenário 2:

1832. Câmara dos Comuns. Londres.

Sir James Graham, segundo barão Graham, pede a palavra em nome do partido conservador:



"Os indivíduos têm graus de instrução específica e de conhecimentos gerais diferentes. Portanto, comportam-se de maneiras diferentes no momento do voto. Eles podem ser mais ou menos sensíveis a pressões ou induções externas. Assim torna-se necessária a adoção do voto plural. Deve ser atribuído um peso diferente ao voto de cada pessoa de acordo com sua profissão, status e nível de renda."

Sir Henry George Grey, 3.º conde Grey, apartou o nobre orador para com ele concordar:

" O partido liberal está de acordo com esse item, senhor barão. O voto de um conde, por exemplo, deve ter o mesmo peso dos votos de 1230 fiscais alfandegários!"

Cenário 3:

1892. Palácio Tiradentes. Rio de Janeiro.

O Constituinte Muniz Freire, do Espírito Santo, sobe à